# Crescimento das Cooperativas de Crédito

Cooperativas de crédito são instituições financeiras que oferecem aos seus associados produtos e serviços financeiros, de forma análoga a um banco comercial, contudo, com natureza societária distinta. Enquanto bancos são sociedades anônimas, as cooperativas de crédito são sociedades de pessoas regidas especificamente pela Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009, e subsidiariamente pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Nessa linha, destacam-se as seguintes características:

- nas cooperativas, cada associado tem direito a um voto, o qual não é proporcional à sua participação no capital social;
- o resultado da cooperativa, chamado de sobras (quando positivo), é revertido aos associados na proporção de sua utilização dos serviços prestados, e não na proporção da participação no capital (art. 24, § 3°, da Lei 5.764/1971). Como sua função social não é gerar lucros, mas prestar serviços ao associado, a remuneração ao capital social das cooperativas de crédito é limitada, nos termos da Lei Complementar 130/2009. Portanto, o efeito líquido da reversão das sobras aos associados pode ser considerado como uma redução dos custos dos produtos oferecidos, tais como o crédito;<sup>2</sup>
- os principais serviços prestados pelas cooperativas de crédito a captação de recursos e a concessão de créditos e garantias – devem ser restritos aos associados.<sup>3</sup>

Em dezembro de 2020, o Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC)<sup>4</sup> era composto por 847 cooperativas singulares de crédito, i.e., cooperativas que diretamente prestam serviços a seus associados. Entre elas, 222 são independentes – ou seja, não estão vinculadas a cooperativas centrais. As demais 625 são filiadas a uma das cinco cooperativas centrais **independentes** (Ailos, Cecoop, Credisis, Uniprime e Cecrers) ou a uma das 29 centrais vinculadas a uma das quatro confederações de centrais existentes (Sicredi, Sicoob, Unicred e Cresol). Estas últimas correspondem aos quatro sistemas cooperativos organizados, compostos por três níveis: cooperativas singulares, centrais e confederação. Dois desses sistemas também incluem bancos cooperativos – i.e., bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito, nos termos da Resolução CMN 2.788, de 30 de novembro de 2000.

A distribuição das sobras varia de cooperativa para cooperativa, de acordo com o definido no respectivo estatuto social - conforme art. 21, IV, da

<sup>2</sup> O comportamento diferenciado das cooperativas, em relação aos bancos, nas taxas de juros de crédito, também é aparente nas estratégias após capturas de novos associados, como evidenciado no boxe "Cooperativas de Crédito versus Bancos Privados: comportamento após a captura de novos clientes", publicado no Relatório de Economia Bancária (REB) de 2019 (p. 171).

As exceções são: (i) captação de recursos dos municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas; (ii) operações realizadas com outras instituições financeiras; e (iii) recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentos de remuneração, nos termos da Lei Complementar 130, de 2019.

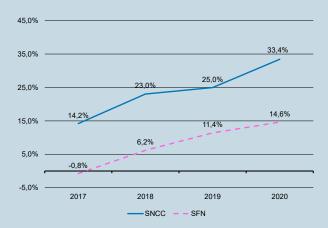
Para mais informações sobre a composição do SNCC, ver site do BCB e o boxe "Modelo de Negócios de Cooperativas de Crédito", publicado no REB 2019.

No último quinquênio, o SNCC se destacou por seu crescimento,<sup>5</sup> acima do restante do Sistema Financeiro Nacional (SFN).<sup>6</sup> O ativo total ajustado (ATA) do SNCC passou de R\$174,3 bilhões em dezembro de 2016 para R\$371,8 bilhões em dezembro de 2020 (Tabela 1), e sua participação no ativo total do SFN passou de 2,5% para 3,71% no mesmo período. Já a carteira de crédito do SNCC passou de R\$95 bilhões (2,74% do SFN) para R\$228,7 bilhões (5,1% do SFN) – um aumento acumulado de 134,6%. Comparando o crescimento anual da carteira de crédito do SNCC (em dezembro de cada ano) nas modalidades nas quais ele tem participação relevante com o crescimento do crédito nas demais instituições do SFN (i.e., SFN excluindo o SNCC) nas mesmas modalidades,8 verifica-se que sistematicamente a taxa de crescimento foi superior – ainda que com uma aceleração similar (Gráfico 1).

Tabela 1 - SNCC e SFN Ativo Total Ajustado, crédito e depósitos

					R\$ bilhões
Variável	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20
Ativo total	174,3	204,9	235,7	273,9	371,8
% no ativo do SFN	2,50%	2,90%	3,10%	3,40%	3,80%
Carteira de crédito classificada	95	109,7	135	169,1	228,7
% Carteira	2,70%	3,20%	3,70%	4,40%	5,1%
Depósitos	110,1	128,7	151	175,8	253,4
% depósitos do SFN	5,10%	5,50%	5,60%	6,10%	6,21%

Gráfico 1 - Crescimento das operações de crédito SNCC x SFN



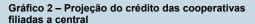
O Gráfico 2 apresenta a projeção de crescimento das operações de crédito apresentada pelas próprias cooperativas de crédito ao Banco Central do Brasil (BCB). Nele, percebe-se que as cooperativas têm a expectativa de que o crescimento da carteira de crédito se mantenha ao longo do triênio, embora em um patamar menos elevado do que o projetado para 2020.

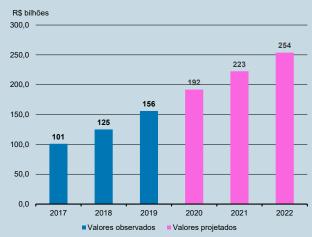
Em termos do ativo total ajustado (ATA) e, principalmente, da carteira de crédito. Apesar desse crescimento, a recessão iniciada em 2015 afetou a performance e a rentabilidade dessas instituições (como demonstrado por Cordeiro et al., 2018), em decorrência do aumento no risco (e nos custos de monitoramento) de crédito (Santos et al., 2020, p. 967).

Mais detalhes podem ser encontrados também no boxe "Participação das Cooperativas no Mercado de Crédito", publicado no REB de 2017 (p. 102).

Ao longo do texto, a fim de manter a comparabilidade, os valores apresentados estão em preços correntes, exceto quando expressamente apontado. Quando feita referência ao tempo presente, subentende-se que se trata de 31 de dezembro de 2020. Os ativos totais do SNCC foram calculados com base nos balancetes combinados dos bancos cooperativos, das confederações de crédito e das centrais dos sistemas de dois níveis, e com base nos balancetes individuais das singulares independentes. Nos balancetes combinados, as operações realizadas entre instituições do mesmo sistema cooperativista são eliminadas, o que permite vislumbrar a real situação do segmento ao se considerar apenas as transações realizadas com terceiros, evitando duplicidades. As informações sobre operações de crédito, exceto quando expressamente referido em contrário, não incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de crédito consideradas relevantes para as cooperativas de crédito excluem as operações de financiamento imobiliário, financiamento à exportação e à importação, bem como as operações realizadas com clientes com exposição acima de R\$100 milhões, ou seja, considerados corporate.





Para tentar buscar possíveis explicações para esse crescimento, em patamar superior ao do restante do SFN e a despeito da crise econômica, este boxe apresenta um conjunto de hipóteses sobre o tema e apresenta análises exploratórias e uma revisão da literatura sobre o desempenho de cooperativas de crédito durante a Crise de 2008, artigos sobre cooperativismo de crédito publicados na última década em teses, periódicos, conferências e Trabalhos para Discussão (Working Papers) do BCB.9

Na seção seguinte, apresentaremos dados descritivos, referentes ao quinquênio considerado, sobre a expansão da carteira de crédito do SNCC, distribuída por diferentes modalidades de operações, tipos de pessoa (física ou jurídica), entre associados novos e antigos, e municípios.

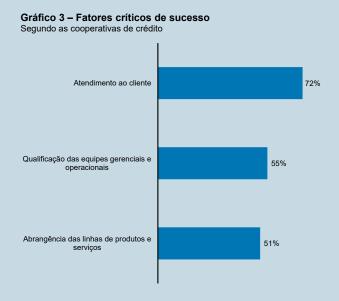
### 1 Contexto e hipóteses

A literatura, em especial após a crise de 2008, aponta que as cooperativas de crédito tendem a responder a crises de maneira distinta de outras instituições, como bancos (Lu & Swisher, 2020), sendo menos sensíveis à volatilidade do mercado financeiro e dos ciclos econômicos e suavizando os efeitos contracionistas durante recessões (McKillop et al., 2020). Analisando dados do SNCC no contexto da crise de 2008, Aghabarari et al. (2020) concluem que as cooperativas tendem a estabelecer menos restrições à concessão de crédito a seus membros – o que é chamado de "efeito de seguro" (insurance effect) – mitigando choques de liquidez, com efeitos positivos sobre pequenas e médias empresas e sobre o nível de emprego das respectivas regiões. Na mesma linha, conforme pesquisa do Sebrae (2020) sobre o impacto da pandemia da Covid-19, as pequenas empresas que buscaram crédito tiveram taxas de sucesso maiores nos sistemas cooperativos (30% no Sicredi e 28% no Sicoob) do que junto ao setor bancário (de 12% a 26%).

Dada a estrutura de capital e de governança das cooperativas, onde seus clientes também são sócios, a função da organização seria maximizar não o resultado (por meio da maximização do spread – a diferença entre o custo de captação e a remuneração do crédito), mas o benefício entregue a seus associados por meio do fornecimento de serviços financeiros, mediando a relação entre poupadores e tomadores de crédito. Além disso, historicamente,

Para a elaboração deste texto, foram utilizadas informações agregadas dos sistemas de Consolidação Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), de Informações de Crédito (SCR), de Informações sobre Entidades de Interesse do Banço Central (Unicad), das Informações sobre Relacionamentos de Cooperativa (Documento 5300 - Censo de Cooperados), de informações coletadas em inspeção constante do Sistema de Automatização de Processos de Supervisão (APS), e de outras bases de dados disponíveis no BCB. Essas informações são de responsabilidade das respectivas instituições financeiras. Também se utilizaram dados abertos disponíveis na página do Fundo Garantidor de Cooperativismo de Crédito (FGCoop) - fgcoop. coop.br/relatorio-timeline/relatorio-sncc. Os dados contidos neste documento podem divergir de outras publicações, bem como das informações disponibilizadas no sítio do BCB, por motivos tais como: atraso na entrega ou substituição de documentos, forma de agregação de dados individuais, lacunas ou erros no preenchimento das informações etc.

as cooperativas costumam favorecer um relacionamento mais próximo com o associado, enfatizando o elo comum entre seus membros e a presença na vida social da comunidade, principalmente em cidades com menor população (Meneghini, 2019). Como se observa no Gráfico 3, 72% das cooperativas de crédito consultadas incluem o atendimento ao cooperado entre seus fatores críticos de sucesso – um percentual muito maior que o dos demais fatores.



Assim, estudos sobre cooperativismo de crédito costumam destacar o papel do relacionamento com o associado, por vezes vinculado a relações sociais com valor emocional (Vilanova, 2020), bem como do uso de soft information (que não seria adequadamente capturada em modelos de análise de risco de crédito) por parte da cooperativa para reduzir a assimetria de informações entre a instituição e o cliente e o conflito de interesses entre poupadores e mutuários. 10 Dessa forma, a cooperativa poderia selecionar mutuários com menor probabilidade de default, reduzindo os efeitos da seleção adversa e, consequentemente, os custos da operação de crédito (Mckillop et al., 2020, pp. 2 e 4). De fato, o SNCC tem oferecido, em geral, taxas mais baixas que a média do SFN (Annibal & Koyama, 2011) e, conforme respostas dadas ao BCB pelas cooperativas singulares filiadas a centrais, a oferta de taxas mais baixas (91% das respostas) e a expectativa de distribuição de sobras (85%) seriam suas principais vantagens competitivas<sup>11</sup> – ensejadas pelo relacionamento privilegiado entre cooperativa e associado.

Outro fator que contribuiu para o crescimento do cooperativismo de crédito no Brasil é sua relação especial com o setor agropecuário. Em virtude das exportações, esse setor tende a ser favorecido pela desvalorização cambial e pela valorização do preço de commodities (Fernandez, 2020). Nesse sentido, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio (medido pelo Cepea, 2020) e o PIB do setor Agropecuário (medido pelo Ipea, 2020) a preços constantes, tem se mantido em expansão, apesar da crise econômica, tendo sido menos impactado que outros setores pela crise de 2020. As cooperativas de crédito tendem a se concentrar no interior do país e em áreas rurais (Annibal & Koyama, 2011), tendo um efeito positivo na economia dos municípios dessas regiões (Jacques & Gonçalves, 2016). O SNCC hoje (dez/2020) responde por 20,26% do financiamento rural no SFN

<sup>10</sup> Se uma cooperativa é "neutra", ou se favorece poupadores, ou tomadores de crédito, é algo que pode variar de acordo com a instituição e com o contexto (Mckillop, 2020, p. 5). No Brasil, Mercer, Póvoa e Piccoli (2020) inferem que 78,3% das cooperativas favorecem os mutuários, particularmente quando as taxas de juros são elevadas; embora Bressan et al. (2013) concluam no mesmo sentido, calculam que o montante do desvio da "neutralidade" seria muito menor.

<sup>11</sup> A distribuição das sobras (que, como destacado na introdução, se distinguem do conceito de lucro - pois cooperativas são sociedades sem fins lucrativos) ao associado é um ato cooperativo - i.e., negócio jurídico praticado entre a cooperativa e seu associado para a consecução dos seus objetivos sociais, conforme a definição do art. 79 da Lei 5.764/1971 - e assim goza de tratamento tributário diferenciado, por força art. 146, III, alínea "c", da Constituição Federal - incluindo isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e do Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

(contra 9,5% em dez/2016), mantendo-se a principal modalidade de crédito para pessoa física (em volume) nas cooperativas – em contraste com uma tendência de queda, em valores reais e em quantidade de contratos, entre os bancos comerciais (Assunção, Costa & Souza, 2020), o que indica que o SNCC tem substituído o setor bancário na oferta desse produto.

Ainda, o constante aprimoramento do arcabouço regulatório tem impulsionado o amadurecimento do setor nos últimos anos. Conforme tratamos na seção 4, observa-se uma redução no número de instituições singulares, movida por incorporações no setor, ensejando ganhos de escala e a absorção de instituições menos eficientes do mercado (Dos Santos & Costa, 2020; Prolo Jr., 2019) – sem prejuízo direto aos associados. Destacam-se também algumas mudanças regulatórias ocorridas na última década (como já referido no REB 2019), como a criação do FGCoop, criado pela Resolução CMN 4.150, de 30 de outubro de 2012,12 a criação da Auditoria Cooperativa (Resolução CMN 4.454, de 17 de dezembro de 2015) e uma nova base regulatória para o SNCC (Resolução CMN 4.434, de 5 de agosto de 2015) – ensejando menores restrições quanto à área de atuação e aos critérios de associação de livre admissão. Hoje, 51% do total de cooperativas de crédito singulares são de livre admissão, e concentram 86,4% do ATA do segmento.

Além disso, o setor tem investido na inserção digital (seguindo uma tendência já presente no restante do setor financeiro). Os canais digitais de atendimento já concentram a maioria das transações, e o investimento em infraestrutura tecnológica é um item de destaque nas demonstrações financeiras combinadas dos dois principais sistemas de três níveis, o Sicredi e o Sicoob – que respondem por 85% do ATA do SNCC. Essa inserção permite ampliar a oferta de produtos e serviços ao associado, como referimos na seção 3 do boxe. Além disso, ela permite a redução de custos de transações (Caraffini, 2020) e a aplicação de ferramentas analíticas para análise e concessão de crédito. Isso condiz com experiências relatadas pela literatura referente a sistemas de cooperativismo de crédito de outros países, em que cooperativas com aplicações web tendem a oferecer serviços mais convenientes, sem impacto negativo para o cliente (Pana, Vitzthum & Willis, 2015) e com redução do spread (Quinn, 2015). Além disso, a digitalização expande as possibilidades de comunicação com o associado (Poitevin, 2017) e possibilita a sua participação à distância (Viana, 2018) – o que se disseminou em razão de medidas de distanciamento social em 2020, quando as assembleias gerais puderam ser realizadas on-line, com autorização explícita da Lei 14.030, de 28 de julho de 2020. Se, por um lado, essas mudanças permitem maior expansão do cooperativismo de crédito, por outro ainda é uma questão em aberto como isso impactará a noção de elos comuns futuramente – que, como referimos supra, está na base do cooperativismo (Mckillop, 2020).

## 2 Crescimento do crédito por tipo de associado e modalidade

#### **Novos associados**

Em dezembro de 2020, o SNCC tinha 11,9 milhões de associados (um aumento de 9,4% em relação ao ano anterior e de 42,1% em relação a 2016) - dos quais 10,2 milhões são pessoas físicas e 1,7 milhão, pessoas jurídicas. Como se constata no Gráfico 4, a participação de novos associados (considerados aqueles com menos de um ano de filiação) na Carteira de Crédito Ativa do SNCC aumentou proporcionalmente até 2018, atingindo um pico de 8% – correspondente a R\$11 bilhões. Após esse pico, a expansão do crédito entre os cooperados com mais tempo de filiação foi maior do que entre novos cooperados, que hoje respondem por 8,8% da carteira (R\$18,7 bilhões). Portanto, o crescimento da carteira crédito não se deve apenas a expansões de curto prazo na base de associados (i.e., à concessão de empréstimo para associados recentes). Isso é consistente com a ênfase no relacionamento com o associado referida pela literatura sobre cooperativismo.

<sup>12</sup> Os depositantes das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos contam com a garantia do FGCoop até o valor de R\$250 mil em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial - ou seja, com regras similares às do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) do SFN.



Na mesma linha, nota-se que, quando se considera o total do crédito tomado pelos associados, em todo o SFN, a participação do crédito cooperativo tem-se mantido em expansão. Quando consideramos as modalidades em que o SNCC tem participação relevante e compete com outros segmentos, a participação do crédito cooperativo no total de crédito tomado por seus cooperados saltou de 20,9% para 28% no período (Gráfico 5).

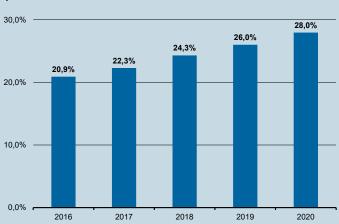


Gráfico 5 - Participação do SNCC no total de crédito tomado pelos associados

Os dados apresentados nos dois últimos gráficos estão em consonância com uma das metas estabelecidas para o cooperativismo de crédito na Agenda BC#. Em 2019, quando foi lançada Agenda, o setor comprometeu-se a ampliar a oferta de crédito a seus próprios associados, a fim de atingir 40% do total do volume de operações destes nas modalidades consideradas relevantes. Ainda há espaço para avançar na oferta de crédito aos associados, uma vez que, em dezembro de 2020, a maioria dos associados não tinha crédito ativo nas modalidades relevantes no SNCC (embora tivessem capital social e usufruíssem de outros serviços) e, destes, 24,9% (3 milhões de associados) tomavam crédito apenas em outras instituições.

### Crescimento por modalidades de crédito

Observa-se uma tendência de mudança no perfil da carteira de crédito do SNCC. No quinquênio, embora a carteira referente a pessoas físicas tenha aumentado 108,2% (passando de R\$64,37 bilhões para R\$134 bilhões), o crédito concedido a pessoas jurídicas cresceu 142,7% (de R\$35,51 bilhões para R\$83,64 bilhões), passando

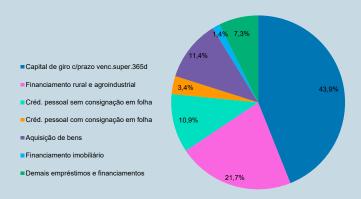
a representar, no fim de 2020, 39% da carteira de crédito. Em dezembro de 2020, a principal modalidade de crédito a pessoas físicas ainda era o crédito rural, cujo saldo representava 36,9% das concessões de crédito a pessoas físicas, seguida pelos empréstimos pessoais (com e sem consignação), com 30,3% de participação.

Tabela 2 - Principais modalidades

Saldo e crescimento no período	R\$ milhões			
Modalidades	dez/20	Variação 5 anos	Variação 2020	
Financiamento habitacional – Exceto SFH	574,59	782%	182%	
Home Equity	1.202,65	1081%	59%	
Aquisição de bens – Outros bens	11.832,48	187%	49%	
Créd. pessoal com consignação em folha	14.110,90	129%	17%	
Créd. pessoal sem consignação em folha	27.862,64	104%	28%	
Aquisição de bens – Veíc. automotores	11.832,48	187%	31%	
Rural e agroindustrial	60.520,25	198%	26%	
Capital de giro c/prazo venc.super.365d	55.247,10	297%	87%	

As pequenas e médias empresas respondem por 93,5% do crédito concedido a pessoas jurídicas (PJs). A modalidade de capital de giro de longo prazo continua a responder pela maior parte da carteira PJ, tendo evoluído de R\$15,58 bilhões para R\$55,2 bilhões. O capital de giro com prazo superior a um ano é uma das modalidades que apresentou maior crescimento no período (Tabela 2), respondendo por 43,9% do crescimento da carteira do SNCC no último ano (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Crescimento do crédito das singulares Proporcional a cada modalidade - Em 2020



Ainda, como referido na seção 1, confirma-se a tendência de expansão do crédito rural no SNCC, como demonstrado na Tabela 3, na qual comparamos a variação dos saldos Financiamentos Rurais (conta Cosif 1.6.3.00.00-013) no setor Bancário (B1 e B214) e no SNCC ao longo dos últimos cinco anos.

<sup>13</sup> Essa rubrica abrange modalidades com recursos de destinação específica, de acordo com o Manual de Crédito Rural (MCR). O produtor rural, contudo, pode decidir financiar o investimento e o custeio da produção de outras formas - inclusive fora do setor bancário e do SNCC. Ainda, essa rubrica refere informações distintas das utilizadas na tabela supra sobre o crescimento por modalidades, a qual usa dados do SCR correspondentes a submodalidades de crédito rural para pessoas físicas concedido por cooperativas singulares.

<sup>14</sup> O segmento (b1) engloba os bancos comerciais, os múltiplos com carteira comercial e as caixas econômicas; (b2) os bancos múltiplos sem carteira comercial e os bancos de investimento; (b3) as cooperativas de crédito; (b4) os bancos de desenvolvimento; e (n1) as instituições não bancárias de crédito.

Tabela 3 - Financiamentos rurais: SNCC e bancos

Saldo na Conta Cosif 1.6.3

			R\$milhões
Bancos	Varanual	SNCC	Varanual
288.315,08		30.295,78	
252.212,55	-12,50%	34.584,73	14,20%
266.268,86	5,60%	41.171,22	19,00%
267.370,91	0,40%	48.622,37	18,10%
299.079,18	11,86%	60.591,17	24,62%
	288.315,08 252.212,55 266.268,86 267.370,91	288.315,08 252.212,55 -12,50% 266.268,86 5,60% 267.370,91 0,40%	288.315,08 30.295,78 252.212,55 -12,50% 34.584,73 266.268,86 5,60% 41.171,22 267.370,91 0,40% 48.622,37

### Distribuição geográfica do SNCC

Histórica e geograficamente, o cooperativismo de crédito tem-se expandido de pequenos municípios no interior da região Sul para áreas com maior densidade populacional, também se espalhando para as regiões Sudeste e Centro-Oeste - desembocando, mais recentemente, nas regiões Norte e Nordeste. Atualmente, 94% dos municípios da Região Sul são atendidos por cooperativas de crédito singulares, contra 27,6% na Região Norte, 11,5% na Região Nordeste - e uma média nacional de 49,7%. Destaca-se ainda que 3,8% dos municípios nacionais são atendidos exclusivamente por cooperativas – i.e., não possuem agências bancárias (embora possa haver serviços bancários prestados por correspondentes).

Outra característica importante que diferencia o SNCC é a sua concentração segundo o porte do município. Enquanto o SNCC, em dezembro de 2020, concentrava sua carteira em municípios de até 50 mil habitantes (48,8% da carteira relevante), o restante do SFN apresenta uma maior representatividade nas regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes – 28% da carteira relevante (Gráfico 7).

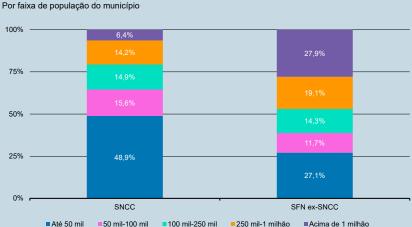


Gráfico 7 - Distribuição da carteira de crédito

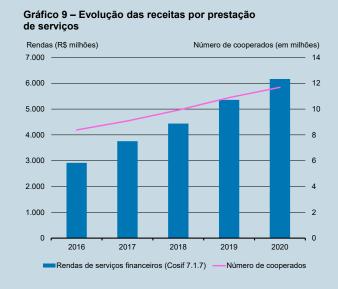
De acordo com Bustos, Garber e Ponticelli (2016), o sistema bancário em geral realoca capital de setores e regiões com excedente produtivo, como o setor agropecuário do interior do Brasil, para investimentos em outras áreas, visando maximizar o retorno. Já o SNCC, de acordo com sua filosofia mutualista peculiar e com sua distribuição geográfica (Mckillop et al., 2020), mantém relevantemente o excedente na mesma região, tendo assim um impacto muito maior sobre a economia de municípios menores. Como mostra o Gráfico 8, 42% do crédito em municípios de até 10 mil habitantes é concedido por cooperativas - contra 4,7% do crédito em municípios com mais de 1 milhão de habitantes (considerada a carteira relevante).

Gráfico 8 - Participação de mercado das cooperativas de crédito Por faixa de população do município 42.9% 30% 25.9% 22,9% 22,7% 15,9% 12,5% 10% 4.8%

#### 3 Tendências de expansão do cooperativismo de crédito

Conforme apresentado anteriormente, o crescimento do setor cooperativo não decorre apenas de condições macroeconômicas específicas (como a crise de 2020) ou de efeitos como os da inserção digital recente (no rastro do setor bancário), mostrando uma tendência de longo prazo: de dezembro de 2011 a dezembro de 2015, a carteira crédito total já havia aumentado de R\$47,04 bilhões (2,43% do SFN) para R\$102,37 bilhões (3,23% do SFN).

Além disso, o crescimento observado não ocorre apenas na carteira de crédito, mas também em outros serviços oferecidos aos associados - fornecidos diretamente pela cooperativa singular (serviços bancários e de intermediação financeira, como conta corrente, serviços de pagamento, depósitos etc.) ou prestados por entidades pertencentes ao mesmo sistema ou conveniadas (como a distribuição de títulos e valores mobiliários, consórcios, seguros, fundos de investimento, emissão de cartão de crédito etc.). A literatura indica que a diversificação de produtos e serviços impacta positivamente a eficiência dessas instituições (Santos et al., 2020, p. 967). Ao oferecerem uma gama de serviços financeiros (incluindo modalidades de crédito cuja participação do SNCC ainda é pouco relevante, como financiamento imobiliário e home equity), as cooperativas aumentam suas chances de fidelizar os associados antigos e de atrair novos interessados. Pode-se visualizar essa tendência no Gráfico 9, mostrando a evolução das receitas de prestação de serviços, que, em geral, acompanha o crescimento da quantidade de associados.



#### **Depósitos**

Ao fim de 2020, os depósitos respondiam por 87,3% das captações do SNCC, sendo a principal fonte de recursos para financiar a carteira de crédito. A pesquisa de Carvalho et al. (2013) indica que um aumento nos depósitos tem correlação negativa com a probabilidade de uma cooperativa sair do mercado (seja por liquidação, seja por incorporação). Como visto na Tabela 1, os depósitos cooperativos aumentaram 130% nos últimos cinco anos (de R\$110,1 bilhões para R\$253,4 bilhões) – e sua participação no total de depósitos do SFN passou de 5,1% para 6,28%. Destaca-se o aumento acentuado (também observado no setor bancário) do saldo de depósitos ao longo de 2020, relacionado à crise ocasionada pela pandemia – quando associados trocaram posições em renda variável (como ações ou fundos de investimento em ações) por depósitos a prazo e poupança.

Com a criação do FGCoop (que passou a funcionar desde 2014), os depósitos cooperativos se tornaram um investimento mais seguro, uma vez que passaram a ser garantidos até o limite de R\$250 mil por associado. Hoje, mais de 99% dos associados têm o valor em depósitos integralmente coberto por essa garantia, como se depreende da Tabela 4.15

Tabela 4 - Depósitos cobertos pelo FGCoop

	Qtde depositantes (em mil)		Valor garantido	Depositantes	(0() D
Ano	Até R\$250 Mil	Acima R\$ 250 Mil	(em R\$ milhões)	integralmente cobertos	(%) Depósitos garantidos
2016	8.161.00	54,6	65.188,30	99.30%	67,80%
2017	9.634,10	71,5	80.354,00	99,30%	67,20%
2018	11.270,40	87,9	98.242,40	99,20%	66,20%
2019	12.177,80	101,3	111.880,90	99,20%	64,90%

Fonte: FGCoop

### 4 Ganhos de escala: incorporações e ampliação do escopo de atuação

Outra tendência relacionada à expansão do SNCC tem sido a redução do número total de instituições (principalmente por incorporações) e o aumento da quantidade de instituições que optam por ampliar seu escopo de atuação (tornando-se, por exemplo, cooperativas plenas<sup>16</sup>) ou seus critérios de associação (tornando-se, por exemplo, cooperativas de livre admissão<sup>17</sup>). Conforme a Tabela 5, nos últimos cinco anos, o número total de cooperativas singulares diminuiu de 1.019 para 847 (-16,9%) – sem prejuízo, porém, à capilaridade do SNCC, que aumentou a quantidade de Postos de Atendimento (PAC) de 4.681 para 6.280 (+34,2%). No mesmo período, as cooperativas de livre admissão passaram de 328 para 438 (+33,5%) instituições e hoje representam 51,7% das singulares.

Ainda que, quanto à categoria, as instituições clássicas permanecem sendo a maioria, com 613 instituições (72,4% do total), a tendência é de redução em seu número à medida que optem por se tornarem cooperativas

<sup>15</sup> Elaborada com os dados mais recentes informados pelo FGCoop. Ao consolidar os dados do Censo de Cooperados sobre quantidade de associados do SNCC, filtramos CPFs e CNPJs em duplicidade - i.e., associados filiados a mais de uma cooperativa. Isso não ocorre nos dados informados pelo FGCoop referentes ao Censo de Depósitos, que agrega os depositantes por instituição - por isso, o total de depositantes nessa tabela supera a quantidade de associados referida supra.

<sup>16</sup> Cooperativas plenas podem praticar todas as operações disponíveis a cooperativas de crédito, enquanto as clássicas não podem ter moeda estrangeira, nem operar com variação cambial ou com derivativos; já as de capital e empréstimo não podem captar depósitos dos associados, sendo seu financiamento oriundo apenas do capital social ou de empréstimos e repasses de outras entidades.

<sup>17</sup> A Resolução CMN 4.434/2015 (que revogou integralmente a Resolução CMN 3.859, de 27 de maio de 2010) não distinguiu os tipos de cooperativas por critério de associação, a serem determinados pelo estatuto de cada entidade (conforme o art. 16 da norma). Assim, adotamos a classificação constante do REB 2019 e do Panorama de Cooperativas (BCB, 2020): cooperativas de crédito rural (cujos associados são pessoas físicas ou jurídicas voltadas para atividades agropecuárias ou extrativistas), de livre admissão (para associados de qualquer atividade econômica) e as de crédito mútuo (para profissionais de setores específicos ou de uma determinada categoria econômica - como empresários ou trabalhadores de um mesmo ramo, servidores públicos, profissionais liberais etc.).

plenas. Instituições dessa categoria tendem a ter maior porte e atualmente respondem por 38,8% do volume de créditos concedidos pelas singulares (de R\$ 181,2 bilhões), contra 60,3% referente às cooperativas clássicas.

Tabela 5 - Cooperativas singulares por critério de associação e categoria

Comparação com total de PACs

Critério/categoria	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	nov/20	Var. 5 anos
Livre admissão	328	343	372	413	438	33,50%
Produtor rural	181	114	88	48	36	-80,10%
Crédito mútuo	510	512	467	414	373	-26,90%
Plenas	38	38	36	36	70	84,20%
Clássicas	791	739	704	658	613	-22,50%
Capital e empréstimo	190	192	187	181	173	-8,90%
Qtde total de singulares	1019	969	927	875	847	-16,90%
Qtde total de PACs	4681	4929	5385	6045	6280	34,20%

A redução da quantidade de singulares, sem diminuição do número de postos de atendimento, é consequência do fato de que, em vez de encerrar atividades, essas instituições foram, na maior parte, incorporadas por outras de maior porte (Tabela 6). Na maioria dos casos, embora não haja risco de continuidade para a incorporada, a incorporação possibilita ganhos de escala e, consequentemente, benefícios para o quadro de associados. Já nos casos em que a incorporada tem situação econômico-financeira deteriorada (como desenquadrada nos limites operacionais definidos pela regulação), a incorporação permite que a instituição menos eficiente seja absorvida por cooperativas maiores, evitando a interrupção da prestação de serviços (como ocorreria com a dissolução da sociedade) e risco a seus credores (inclusive depositantes).

Tabela 6 - Cooperativas encerradas

Dau0 anuai					
Motivo	2016	2017	2018	2019	2020
Incorporação	40	47	36	46	30
Liquidação ordinária	4	2	4	6	1
Iniciativa do BCB	2	1	0	0	0
Outros	1	3	2	1	2
Total	47	53	42	53	20

Cooperativas centrais desempenham um papel fundamental em processos de incorporação, seja pela análise de custo-beneficio nos casos em que a alteração societária ocorre visando a ganhos de escala, seja pela atuação como Supervisão Auxiliar (nos termos da Lei Complementar 130/2009) nos casos de risco à continuidade do negócio - evitando, pois, um risco à imagem do respectivo sistema e do SNCC. Nesses casos, também se destaca o FGCoop, que, além de prover garantia aos depósitos e de monitorar a situação econômico-financeira das singulares, também pode realizar operações de saneamento, financiando a recuperação (ou incorporação) de cooperativas em risco de descontinuidade.

Isso evidencia como as cooperativas "cooperam mutuamente" - um exemplo do que se vem chamando de "coopetição" no sistema financeiro, também observado na cooperação entre instituições menores, como fintechs, e bancos de maior porte (Fonseca & Meneses, 2020). No caso das cooperativas, os correspondentes ganhos de escala e de especialização decorrentes dessa cooperação permitem maior concorrência entre os diferentes sistemas e em relação ao restante do SFN. Contudo, como referido anteriormente, além da competição, os preços praticados pelas cooperativas em relação a seus principais serviços (crédito e depósitos) também são influenciados por sua governança e sua estrutura associativista – uma vez que os associados têm incentivos para minimizar o spread.

## 5 Considerações finais

Embora o cooperativismo ainda constitua uma parcela relativamente pequena do SFN, cujos ativos se concentram num pequeno número de instituições bancárias, o crescimento contínuo do SNCC sugere que, no futuro, as cooperativas poderão ocupar lugar de destaque, a exemplo de outros países como França, Canadá e Portugal. Neste boxe, apresentamos a evolução do cooperativismo de crédito no Brasil nos últimos anos e analisamos possíveis hipóteses para o fenômeno. Mostramos como a estrutura de capital e os modelos de negócios característicos das cooperativas podem explicar um desempenho diferente do restante do sistema financeiro durante recessões, reforçando a tese de que essas instituições proveem uma forma de "efeito de seguro" (Aghabarari et al., 2020) ao associado. Além disso, no caso do Brasil, a interiorização do cooperativismo, seu caráter regional e sua ligação com o agronegócio são fatores a serem considerados em qualquer modelo que vise explicar esse fenômeno.

A análise indica que ainda há espaço para crescimento do crédito no setor – seja ampliando a fatia relativa ao crédito tomado entre seus associados no SFN, seja mantendo a expansão geograficamente. Essa expansão, por sua vez, oferecerá outros desafios, como a adaptação da ideia de "elo comum" a realidades sociais distintas daquelas onde o cooperativismo tem se desenvolvido historicamente (i.e., o interior do Sul e do Sudeste do país), a obtenção de expertise em novas áreas e serviços fora do escopo tradicional do negócio (como crédito imobiliário e crédito para pessoas jurídicas), e a competição com outras instituições além do sistema bancário tradicional (como fintechs e correspondentes bancários). Algumas inovações no setor, como o Open Banking e o cadastro positivo de crédito, tendem a diminuir de forma geral a assimetria de informações entre mutuários e instituições, podendo assim reduzir a vantagem comparativa que o relacionamento com o associado e a obtenção de soft information proporcionam às cooperativas. Por fim, assim como a expansão do SNCC se deve, em parte, ao aumento da inserção digital, a continuidade desse crescimento depende do acompanhamento das mudanças tecnológicas no SFN; mas, para as cooperativas, isso dependerá de planejamento estratégico consistente e investimentos expressivos - e, dada a natureza associativa do capital cooperativo (e a divisão igualitária de poder entre os associados), essas decisões terão de ser ponderadas e deliberadas pelos próprios associados.

#### Referências

Aghabarari, L.; Guettler, A.; Naeem, M.; Doornik, B. V. (2020). Is There Help Indeed, if There is Help in Need? The case of credit unions during the global financial crisis. Working Papers Series, n. 511, Banco Central do Brasil.

Annibal, C.A; Koyama, S.M. (2011). Cooperativas de crédito: taxas de juros praticadas e fatores de viabilidade. Working Papers Series, n. 257, Banco Central do Brasil.

Assunção, J.; Costa, D. R. M.; Souza, P. (2020) Resumo para Política Pública. O papel das cooperativas no crédito rural: crédito cooperativo cresce em meio à crise econômica e auxilia na inclusão de pequeno produtor. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/ publication/o-papel-das-cooperativas-no-credito-rural-credito-cooperativo-cresce-em-meio-a-crise-economicae-auxilia-na-inclusao-de-pequeno-produtor/.

Bressan, V. G. F.; Braga, M. J., Resende Filho; M.; Bressan, A. A. (2013). Brazilian credit union member groups: Borrower-dominated, saver-dominated or neutral behavior? Brazilian Administration Review, 10, 40–56.

Bustos, P.; Garber, G.; Ponticelli, J. (2016). Capital allocation across regions, sectors and firms: Evidence from a commodity boom in Brazil. Working Paper n. 414, Banco Central do Brasil. SSRN Electronic Journal.

Caraffini, J. P. T. S. (2020) O papel das capacidades digitais no desempenho das cooperativas de crédito brasileiras. 2020. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Carvalho, F. L.; Diaz, M. D. M.; Bialoskorski Neto, S.; Kalatzis, A. E. G. (2015). Exit and failure of credit unions in brazil: a risk analysis. Revista Contabilidade & Finanças, 26(67), 70-84.

Cepea - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. (2020). PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2019.

Cordeiro, F. A. et al. (2018). Desempenho financeiro das cooperativas de crédito brasileiras e a recessão econômica de 2015 no Brasil. In: Congresso USP International Conference In Accounting, 2018, São Paulo. Anais... São Paulo: USP.

Fernandez, A. F. A. (2020). Impactos da taxa de câmbio, preços das commodities e renda mundial sobre as exportações do agronegócio brasileiro entre 1997 e 2018. Tese de Doutorado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP.

Fonseca, C.; Meneses, R. (2020). Motivations for coopetition strategies between banks and fintechs. *Proceedings* of the International Conference on Business Excellence, 14(1), 282-293.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). Conjuntura Agrícola Brasileira. Carta de Conjuntura nº 49, Nota de Conjuntura nº 22, 4 ° Trimestre.

Jacques, E. R.; Gonçalves, F. O. (2016). Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. Economia e Sociedade, 25(2), 489-509.

Lu, W.; Swisher, J. (2020). A comparison of bank and credit union growth around the financial crisis. American Journal of Business, vol. 35, no. 1, pp. 25-44.

Mckillop, D.; French, D.; Quinn, B.; Sobiech, A. L.; Wilson, J. O. S. (2020). Cooperative financial institutions: a review of the literature. *International Review of Financial Analysis*, 71(C).

Meneghini, M. S. (2019). Crédito cooperativo e desenvolvimento econômico regional no estado do Paraná. Working Paper Series 510, Banco Central do Brasil.

Mercer, A.C.; Póvoa, A.; Piccoli, P. (2019). Credit Union member group domination under high interest rate environments. Annals of Public and Cooperative Economics, 90: 555-571.

Pana, E.; Vitzthum, S.; Willis, D.M. (2015). The impact of internet-based services on Credit Unions: a propensity score matching approach. Banking & Insurance eJournal. Rev Quant Finan Acc 44, 329–352.

Poitevin, M. K. (2017). Uma análise do valor percebido entre clientes de instituições financeiras: bancos e cooperativas de crédito. Dissertação de Mestrado do Curso de Gestão de Cooperativas da Escola de Negócios da Universidade Católica do Paraná.

Prolo Jr., Carlos D. (2019). Determinantes do desempenho financeiro das cooperativas de crédito singulares no Brasil. Dissertação de Mestrado no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Quinn, B. (2015). Web adoption of Irish credit unions: Performance implications. Annals of Public and Cooperative Economics, 86.

Santos, L.; Costa, D. (2020). Eficiência técnica e ciclo de vida em cooperativas: uma análise de dados em painel. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, 7(13).

Santos, L. S. Z.; Bressan, V. G. F.; Moreira, V. R.; Lima, R. E. (2020). Risco de crédito e eficiência técnica nas cooperativas de crédito brasileiras. Cadernos EBAPE.BR, 18(4), 956-973. Epub January 08, 2021.

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020). O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios - 9ª edição. Pesquisa quantitativa on-line (web survey) realizada de 20/11/2020 a 24/11/2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/covid/.

Viana, C. L. (2018). Participação democrática em cooperativas de crédito na era digital. Trabalho final de conclusão de curso de especialização em Cooperativismo da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Vilanova, F. C. (2020). As barreiras para o desenvolvimento das cooperativas de crédito no Brasil: uma perspectiva a partir da percepção de valor dos usuários de serviços financeiros. Dissertação de Mestrado no PPG de Gestão e Negócios da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Unisinos: Porto Alegre.